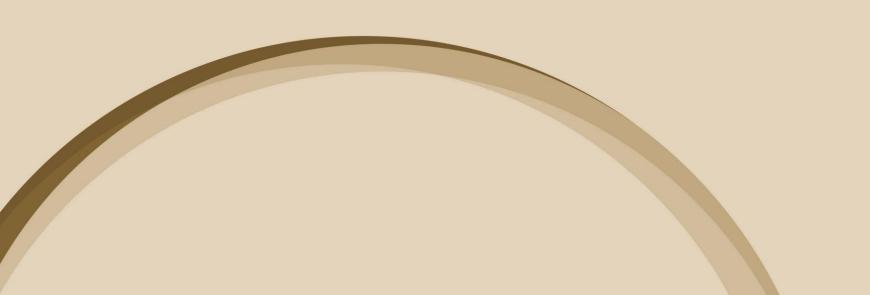


Sistema Bancário Português

Desenvolvimentos Recentes

Data de referência: 4.º trimestre de 2015

Redigido com informação disponível até 14 de março de 2016





- Sistema bancário português Avaliação global
- Indicadores macroeconómicos e financeiros
- Sistema bancário português
 - Estrutura de balanço
 - Liquidez e financiamento
 - Qualidade dos ativos
 - Rendibilidade
 - Solvabilidade
- Medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário



Sistema Bancário Português – Avaliação Global

I. Estrutura de balanço

O ativo total do sistema bancário português manteve uma trajetória de redução gradual ao longo de 2015.

II. Liquidez e financiamento

- Os depósitos permaneceram estáveis em 2015, o que, conjugado com a redução do crédito, deu origem a uma redução do rácio de transformação e do *qap* comercial.
- Apesar de ter aumentado no quarto trimestre, o financiamento obtido junto do Eurosistema diminuiu no conjunto do ano de 2015.
- Ao longo de 2015 a posição de liquidez do sistema bancário melhorou para todos os prazos (quando medida pelos gaps de liquidez).

III. Qualidade dos ativos

• Em 2015, o rácio de crédito em risco permaneceu estável face ao ano anterior; no entanto, reduziu-se no último trimestre.

IV. Rendibilidade

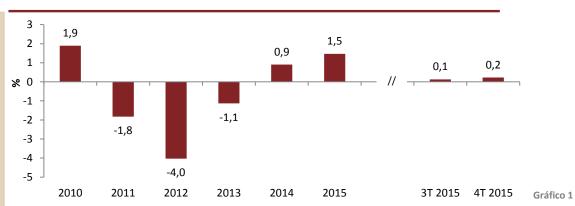
- Em 2015, a rendibilidade do sistema bancário retomou valores positivos depois de ter sido negativa entre 2011 e 2014.
- O fluxo de imparidades registado em 2015 diminuiu para cerca de metade do valor de 2014, permanecendo, ainda assim, em níveis elevados.

V. Solvabilidade

• Os níveis de solvabilidade aumentaram no quarto trimestre de 2015, em resultado da diminuição dos ativos ponderados pelo risco e do aumento dos fundos próprios do sistema bancário.

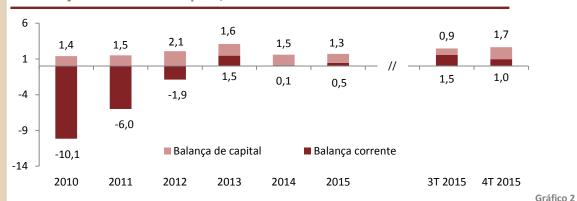
Indicadores Macroeconómicos e Financeiros (I/IV)

Taxa de crescimento do PIB - Volume



Nota: Os valores trimestrais correspondem a taxas de variação em cadeia. As estatísticas das Contas Nacionais e da Balança de Pagamentos apresentadas incorporam já as regras emanadas pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010) e pelo Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6).

Balança corrente e de capital, em % do PIB



Nota: Os dados trimestrais encontram-se ajustados de sazonalidade.

- No quarto trimestre de 2015, o PIB aumentou face ao trimestre anterior.
- Em termos homólogos, o produto cresceu 1,5% (0,9% em 2014).

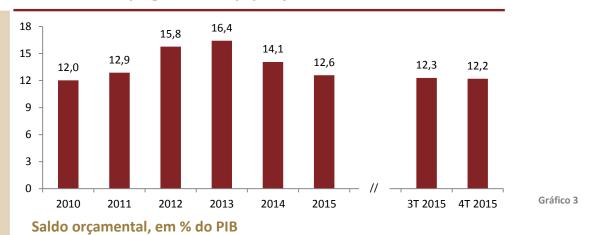
■ Em 2015, a balança corrente e de capital registou um excedente de 1,7% do PIB.

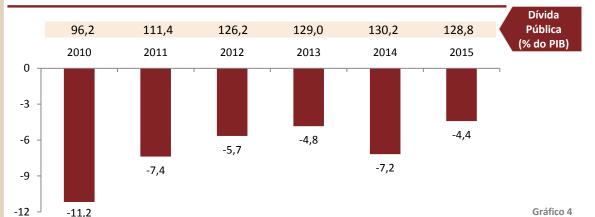
Fonte: Banco de Portugal e INE



Indicadores Macroeconómicos e Financeiros (II/IV)

Taxa de desemprego, em % da população ativa





Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central a cada trimestre.

O défice orçamental para 2014 foi revisto no âmbito da segunda notificação de 2015 ao Eurostat relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos. A revisão do saldo para 2014 reflete, sobretudo, a inclusão de 4,9 mil milhões de euros relativos ao registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital.

- A taxa de desemprego situou-se em 12,2% no quarto trimestre de 2015, alcançando níveis próximos dos observados em 2010.
- Em 2015, a taxa de desemprego média anual reduziu-se 1,5 p.p. face ao ano de 2014.

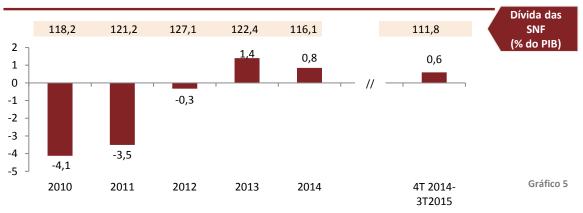
■ No final de 2015, o rácio da dívida pública sobre o PIB situava-se em 128,8%. Os depósitos das administrações públicas representavam 10,6% do PIB.

Fonte: Banco de Portugal e INE

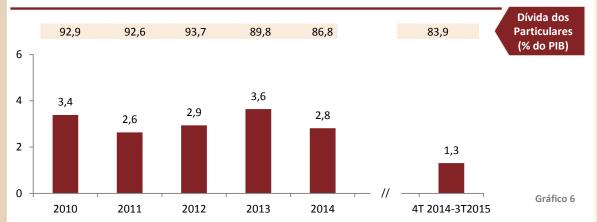


Indicadores Macroeconómicos e Financeiros (III/IV)

Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento das sociedades não financeiras, em % do PIB



Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento dos particulares, em % do PIB



Nota: As Contas Nacionais por setor institucional foram revistas aquando da divulgação pelo INE das Contas do quarto trimestre de 2014. Estas revisões refletem as alterações introduzidas nas Contas Nacionais Anuais detalhadas para 2012 (resultados finais), com consequências nos anos seguintes.

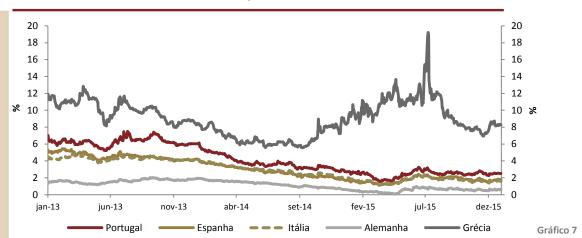
- No final de setembro de 2015, o endividamento das sociedades não financeiras era inferior em 4,3 p.p. do PIB ao verificado no final de 2014.
- No ano terminado em setembro de 2015, a capacidade de financiamento deste setor foi de 0,6% do PIB, o que compara com 0,8% em 2014.
- Nos três primeiros trimestres de 2015, o nível de endividamento dos particulares continuou a reduzir-se (3 p.p. do PIB em relação ao final de 2014).
- No ano terminado em setembro de 2015, a capacidade de financiamento deste setor foi de 1,3% do PIB, o que compara com 2,8% em 2014.

Fonte: Banco de Portugal e INE

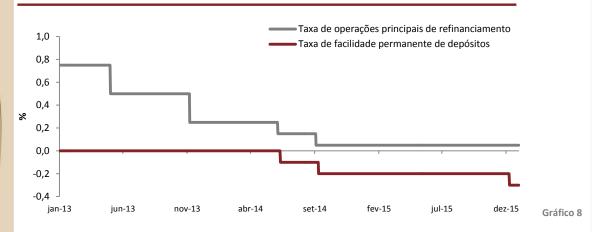


Indicadores Macroeconómicos e Financeiros (IV/IV)

Taxas de rendibilidade de dívida pública a 10 anos



Taxas de juro do BCE



■ A taxa de rendibilidade implícita (yield) da dívida pública portuguesa a 10 anos aumentou ligeiramente no quarto trimestre de 2015, ficando, ainda assim, abaixo do valor registado

no final de 2014.

- No decurso do quarto trimestre de 2015, a taxa de juro interbancária a 6 meses passou a assumir valores negativos, à semelhança do que já se verificava com a taxa a 3 meses, em reflexo das medidas de política monetária do BCE. Já em fevereiro de 2016, a taxa a 12 meses também passou a ser negativa.
- Em março de 2016, o BCE comunicou a redução: i) da taxa da facilidade permanente de depósitos em 10 pontos base (p.b.), para -0,40%, ii) da taxa das operações principais de refinanciamento, de 0,05% para 0%, e iii) da taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez, de 0,30% para 0,25%.

Fonte: Reuters e BCE



Nota referente à informação contabilística e prudencial

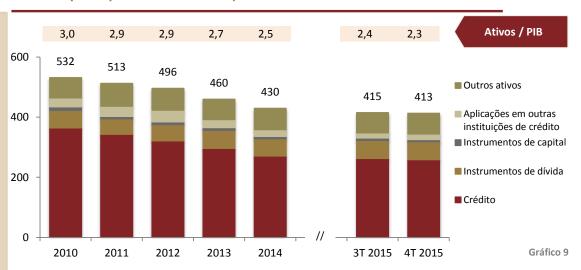
Os dados do sistema bancário apresentam quebras de série decorrentes:

- Da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo (BES) no terceiro trimestre de 2014. Em particular, os ativos/responsabilidades não transferidos para a situação patrimonial do Novo Banco (NB) não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de agosto de 2014.
 - Na ausência de informação contabilística relativa ao BES em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de junho de 2014 e o dia da aplicação da medida de resolução (balanço e demonstração de resultados "de fecho"), foi considerado o reporte do BES em base individual, com referência a 31 de julho de 2014, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao terceiro trimestre de 2014. Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao BES.
- Da medida de resolução aplicada ao BANIF Banco Internacional do Funchal (Banif) no quarto trimestre de 2015. Os ativos/responsabilidades transferidos para o veículo de gestão de ativos especialmente criado para o efeito Oitante, S.A. não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de 20 de dezembro de 2015.
 - Na ausência de informação contabilística relativa ao Banif em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de setembro de 2015 e o dia da aplicação da medida de resolução, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao quarto trimestre de 2015 foi considerado o reporte do Banif em base individual, com referência a 30 de novembro de 2015 (demonstração de resultados "de fecho"). Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao Banif.



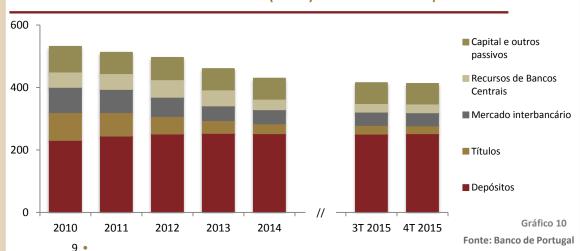


Ativos (€mM) - Valor em final do período



O ativo do sistema bancário diminuiu ligeiramente no quarto trimestre de 2015, em linha com o que tem sido observado nos últimos anos.

Estrutura de financiamento bancário (€mM) - Valor em final do período

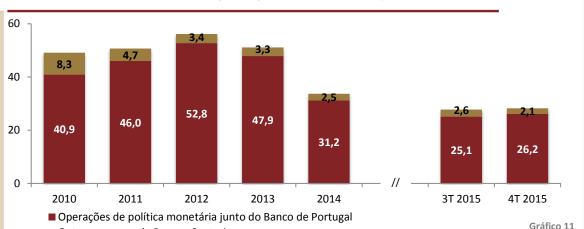


- Os depósitos aumentaram marginalmente no trimestre em análise.
- Observou-se uma quebra das responsabilidades representadas por títulos, refletindo largamente o efeito da retransmissão de obrigações seniores do Novo Banco para o BES, no valor de 1985 milhões de euros.





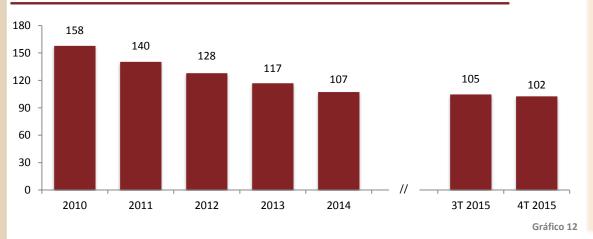
Recursos de Bancos Centrais (€mM) - Valor em final de período



■ O recurso ao financiamento de bancos centrais aumentou ligeiramente no último trimestre de 2015, representando 6,8% do total do ativo. Permanece, no entanto, abaixo do valor registado no final de 2014.

Rácio Crédito-Depósitos (%) - Valor em final de período

Outros recursos de Bancos Centrais

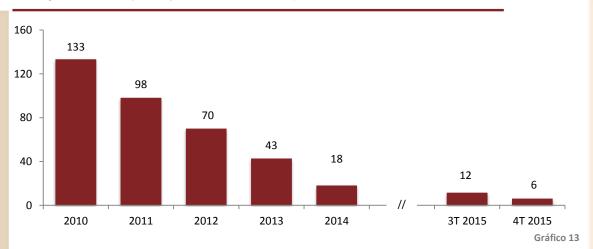


• O rácio de transformação continuou a decrescer no quarto trimestre de 2015, refletindo a redução da carteira de crédito.

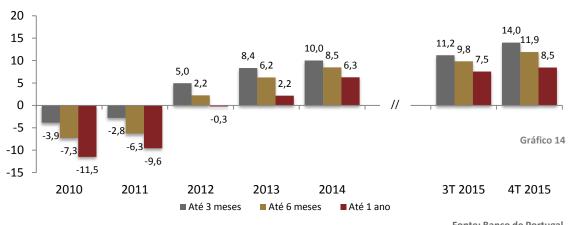




Gap comercial (€mM) – Valor em final de período



Gaps de liquidez em escalas cumulativas de maturidade em % de ativos estáveis — Valor em final de período



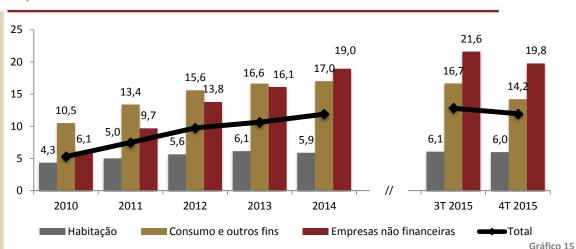
No quarto trimestre de 2015, o gap comercial diminuiu de forma acentuada, principalmente devido à contração do crédito, mantendo a tendência de redução dos últimos trimestres.

Os *gaps* de liquidez melhoraram para todos os prazos de maturidade, refletindo essencialmente o aumento dos ativos líquidos.

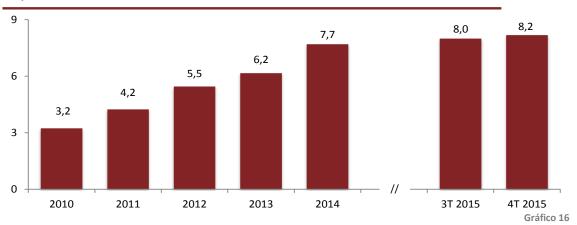




Rácio de crédito em risco em % do crédito bruto – Valor em final de período



Imparidades para crédito em % do crédito bruto – Valor em final de período



- O rácio de crédito em risco diminuiu para 12% no quarto trimestre de 2015, em virtude de o efeito causado pela redução do crédito em risco ter sido superior ao efeito resultante da diminuição da
- Esta redução do crédito em risco verificou-se em todos os segmentos do setor privado residente, com especial incidência no segmento das sociedades não financeiras.

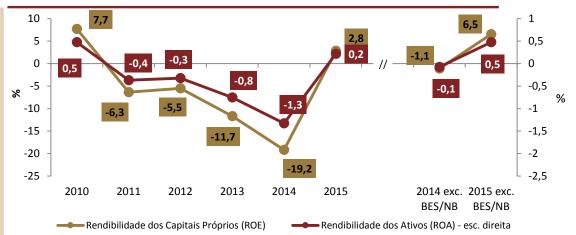
carteira de crédito.

■ O rácio entre o *stock* de imparidades para crédito e o crédito bruto aumentou marginalmente no quarto trimestre de 2015, devido principalmente à contração da carteira de crédito a clientes.



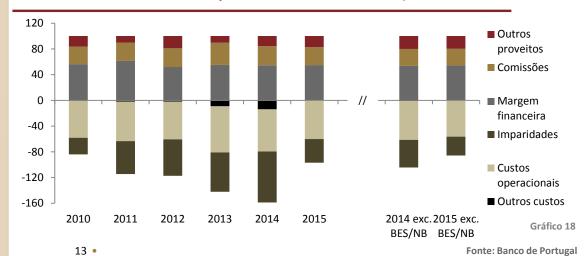


ROA e ROE – Valor do período



Nota: A rendibilidade é medida pelos resultados antes de impostos e de interesses minoritários. Apresentam-se valores anualizados.

Custos e Proveitos em % do produto bancário - Valor do período



- A rendibilidade dos capitais próprios e rendibilidade dos ativos melhoraram consideravelmente em 2015, mesmo excluindo o impacto do BES/Novo Banco.
- Esta evolução positiva da rendibilidade deveu-se principalmente à quebra expressiva das imparidades.

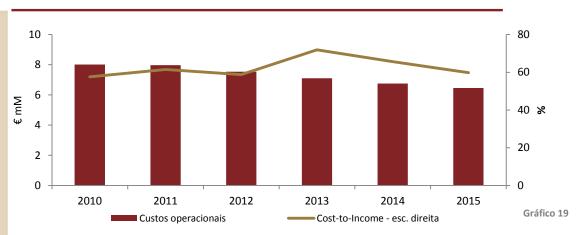
Gráfico 17

- Apesar de o montante ter aumentado, o peso da margem financeira no produto bancário em 2015 manteve-se estável.
- O peso dos resultados em operações financeiras (incluídos em outros proveitos) aumentou em 2015.

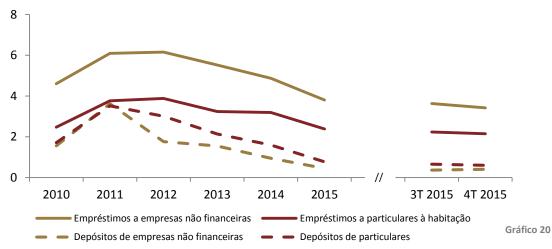




Cost-to-Income (%), Custos operacionais (€mM) – Valor do período



Taxas de juro bancárias (novas operações) – Valor médio do período (%)



■ Em 2015 o rácio *cost-to-income* decresceu 5,8 p.p. em relação a 2014. Esta evolução é explicada pelo aumento do produto bancário e, em menor medida, pela diminuição dos

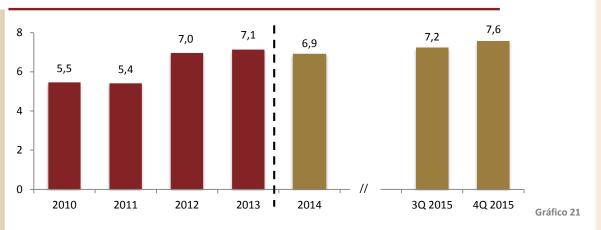
custos operacionais.

- No quarto trimestre de 2015, as taxas de juro dos novos empréstimos continuaram a diminuir, enquanto o custo dos novos depósitos permaneceu estável.
- Relativamente ao final de 2014, as taxas aplicadas nas novas operações com particulares para crédito à habitação e com empresas não financeiras reduziram-se 81 e 107 p.b., respetivamente.
- Por sua vez, o custo dos novos depósitos diminuiu 50 p.b. para o segmento das empresas não financeiras e 82 p.b. para o segmento dos particulares.

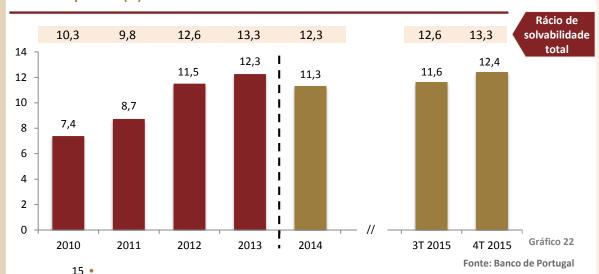




Capital *Tier* 1 sobre total do ativo – Valor em final de período (%)



Rácio *Core Tier* 1 (até 2013) e Rácio CET 1 (a partir de 2014) — Valor em final de período (%)



- O rácio entre o capital *Tier* 1 e o ativo total* aumentou 0,4 p.p. face ao terceiro trimestre de 2015, situando-se 0,7 p.p. acima do valor verificado no final de 2014.
- Os rácios CET 1* e de solvabilidade total melhoraram no quarto trimestre de 2015, comparando favoravelmente com o final de 2014. Tal facto deveu-se às decisões que completaram a medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo e que se traduziram no aumento de capital do Novo Banco em dezembro de 2015 e na diminuição dos ativos ponderados pelo risco.
- (*) A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou a ocorrência de quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.



Medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário (I/III)

	Tópico	Instituição	Medidas do 4.º trimestre 2015
	Acompanhamento e supervisão	Banco de Portugal	Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2015 de 10 de novembro Define os procedimentos relativos à apresentação, manutenção e revisão dos planos de recuperação, bem como as demais regras complementares necessárias à execução do artigo 116.º-D do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro. Especifica os procedimentos de determinação de obrigações simplificadas na elaboração e reporte dos planos de recuperação e exerce a faculdade de dispensa de apresentação de planos de recuperação prevista no n.º 3 do artigo 116.º-E do RGICSF. Foram igualmente incorporadas no quadro normativo as seguintes Orientações da Autoridade Bancária Europeia: (i) «Orientações sobre os diversos cenários a utilizar em planos de recuperação», (ii) «Orientações sobre a lista mínima de indicadores qualitativos e quantitativos a incluir nos planos de recuperação». Carta Circular do Banco de Portugal n.º 85/2015/DES, de 3 de novembro Presta esclarecimentos acerca do tratamento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução.
		Autoridade Bancária Europeia (EBA)	Divulgação, em 24 de novembro de 2015, do Exercício de Transparência da Autoridade Bancária Europeia (EBA). Foi disponibilizada informação detalhada por banco sobre a posição de capital, a exposição ao risco e a qualidade de ativos de 105 bancos europeus, cobrindo cerca de 70% do total de ativos do sistema bancário da União Europeia. Participaram no exercício os bancos portugueses CGD, BCP e BPI.
		Mecanismo Único de Supervisão	Os resultados do exercício de Avaliação Completa (Comprehensive Assessment) foram publicados no dia 14 de novembro de 2015. Neste exercício foi avaliada, através de um teste de esforço, a solidez financeira de nove instituições da área do euro que não haviam sido incluídas no mesmo exercício realizado em 2014 (incluindo, no caso português, o Novo Banco). Foi conduzido pelo Mecanismo Único de Supervisão.
	Solvabilidade e liquidez	Banco de Portugal	Comunicado do Banco de Portugal de 29 de dezembro no qual se decidiu impor a percentagem de reserva contracíclica de fundos próprios em 0% do montante total das posições em risco, a vigorar a partir do dia 1 de janeiro e durante o primeiro trimestre de 2016. Esta reserva aplica-se a todas as posições em risco de crédito cuja contraparte seja o setor privado não financeiro nacional de instituições de crédito e empresas de investimento sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Banco Central Europeu (Mecanismo Único de Supervisão), consoante aplicável.
			Comunicado do Banco de Portugal de 29 de dezembro no qual se divulga a designação dos grupos bancários identificados como O-SIIs em 2015 e as respetivas reservas de fundos próprios em percentagem do montante total das posições em risco.



Medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário (II/III)

То́рісо	Instituição	Medidas do 4.º trimestre 2015
	Banco de Portugal	Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2015, de 14 de dezembro Estabelece, de acordo com o atual enquadramento legal previsto nos Artigos 138-Q e 138-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de dezembro (RGICSF), os elementos a divulgar pelo Banco de Portugal relativos à identificação das outras instituições de importância sistémica (O-SII), à reserva aplicável a cada uma dessas instituições e a periodicidade dessa divulgação. Este Aviso entrou em vigor no dia 15 de dezembro de 2015.
	Comissão Europeia	Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2326 da Comissão de 27 de novembro, relativo à prorrogação dos períodos de transição relacionados com os requisitos de fundos próprios para posições em risco sobre contrapartes centrais previstos nos Regulamentos (UE) n.º 575/2013 e (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho. Este Regulamento entrou em vigor no dia 30 de novembro de 2015.
Solvabilidade e liquidez	BCE	Decisão do Conselho do BCE, a 3 de dezembro de 2015, de reduzir a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito em 10 pontos base para -0,30%, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2015, mantendo a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez inalteradas nos níveis atuais de 0,05% e 0,30%, respetivamente.
		Decisão do Conselho do BCE, de 3 de dezembro de 2015, de adotar novas medidas não convencionais de política monetária, designadamente:
		 Continuação da condução das operações principais de refinanciamento e das operações de refinanciamento de prazo alargado com prazo de três meses sob a forma de procedimentos de leilão de taxa fixa com colocação integral da procura, pelo período de tempo necessário e, pelo menos, até ao final do último período de manutenção de reservas de 2017;
		 Prolongamento do programa de compra de ativos (APP) até ao final de março de 2017, ou até mais tarde se necessário;
		 Reinvestimento, enquanto for necessário, do valor nominal dos títulos que atingiram o vencimento, adquiridos no âmbito do programa de compra de ativos (APP);
		 Inclusão na lista de ativos elegíveis para compras de instrumentos de dívida transacionáveis denominados em euros emitidos por administrações regionais e locais situadas na área do euro.



Medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário (III/III)

	Tópico	Instituição	Medidas do 4.º trimestre 2015
	Enquadramento legal	Banco de Portugal	Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro Estende a todas as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal a obrigação de passarem a elaborar as demonstrações financeiras em base individual e em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, estabelecendo um regime transitório, até 31 de dezembro de 2016, para as situações não sujeitas à disciplina prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Este Aviso entrou em vigor dia 8 de dezembro de 2015.
		Governo Português	Aprovação da Portaria n.º 362/2015, do Ministério das Finanças, que alterou a Portaria n.º 95/94, de 9 de fevereiro, no que respeita aos requisitos de capital social mínimo aplicáveis às sociedades de investimento, às sociedades de locação financeira, às sociedades financeiras de crédito e às caixas económicas, e revogou os requisitos de capital social mínimo estabelecidos para determinados tipos de sociedades que, com o DL n.º 157/2014, de 24 de outubro, deixaram de existir no ordenamento jurídico português. Esta Portaria entrou em vigor no dia 16 de outubro de 2015.
		Parlamento Europeu e Conselho	Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE.
		Comissão Europeia	Regulamento Delegado (UE) 2015/2303 da Comissão de 28 de julho, que complementa a Diretiva 2002/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho através de normas técnicas de regulamentação que especificam as definições e coordenam a supervisão complementar no que diz respeito à concentração de riscos e às operações intragrupo. Este Regulamento entrou em vigor dia 31 de dezembro de 2015.
	Outros	BCE	Recomendação do Banco Central Europeu, de 17 de dezembro de 2015 (BCE/2015/49) Recomendação do Banco Central Europeu relativa a políticas de distribuição de dividendos. Os destinatários desta recomendação são as entidades supervisionadas significativas e os grupos supervisionados significativos, conforme definidos no Artigo 2.º, n.ºs 16 e 22, do Regulamento (UE) n.º 468/2014 (BCE/2014/17). Esta Recomendação foi publicada em 30 de dezembro de 2015.

Sistema Bancário Português Desenvolvimentos Recentes – 4.º trimestre de 2015

